

comercialização de alimentos *in natura* em cidades de médio e pequeno porte, no caso, Rio Claro, visando entender sua dinâmica. Para tanto, serão analisados os processos de decisão de compradores dos diferentes equipamentos de distribuição e a relação com os principais fornecedores. A análise será baseada no processo de compra e venda em supermercados, hipermercados, mercearias, feiras, mercados, sacolões, procurando conhecer esses mecanismos de negociação e as relações contratuais entre médios e grandes equipamentos e os produtores de hortifrútícolos. Também serão estudadas e avaliadas alternativas viáveis de políticas públicas a serem implementadas pela Secretaria de Abastecimento (instituição parceira), possibilitando a inserção de pequenos produtores nesta nova conformação do setor de distribuição de alimentos *in natura*.

267 Bairros periféricos: integração ou marginalidade? Tentativa de diagnóstico do universo de vida das camadas populares

Maria Esther Fernandes
Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp)
Processo 1998/14149-4
Vigência: 1/11/1999 a 31/12/2002

Esta pesquisa pretende investigar a variada gama de dimensões contidas no universo de vida dos habitantes de três bairros de periferia de Ribeirão Preto, buscando estabelecer os liames entre a vivência e a percepção das carências pelos agentes envolvidos, em sua ação/reação propriamente dita. Para tanto, visando abordar a pluralidade do social e suas ambigüidades, algumas questões são levantadas. Qual origem social e geográfica dessas populações? São migrantes rurais recém-chegados ou instalados no bairro há muitos anos? Caso recém-chegados, que raízes permaneceram de seu passado rural? Que “sobrevivências culturais” carregam consigo? Quais foram (ou quais são) os mecanismos de ajustamento à vida no bairro? Integram-se ao mundo do trabalho por meio do setor formal da economia ou como mão-de-obra marginal, no setor informal? Quais são as relações bairro/escola, bairro/igreja, bairro/cidade? Que vínculos existem entre eles? Participam de movimentos comunitários? Que forças os segregam ou os integram à vida da cidade? Quais as mudanças básicas ocorridas ao longo do tempo? Estas e outras questões nos possibilitarão traçar, por meio da pesquisa empírica, a fisionomia dos bairros considerados, assim como dos que neles vivem.

268 Incorporação dos princípios e indicadores da sustentabilidade na formulação de políticas urbanas em pequenos e médios municípios

Bernardo Arantes do Nascimento Teixeira
Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Processo 1998/14148-8
Vigência: 1/11/1999 a 31/12/2004

O Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da UFSCar vem desenvolvendo atividades em conjunto com administrações de pequenos e médios municípios do Estado de São Paulo, envolvendo a produção de conhecimentos, e a capacitação de técnicos das prefeituras e de estudantes, nas áreas de saneamento e meio ambiente, desenvolvimento urbano e regional, habitação e transportes e sistema viário. Entre outros, destacam-se os seguintes projetos: a) urbanismo e saneamento urbano sustentáveis: desenvolvimento de método para avaliação de projetos, financiado pela Caixa Econômica Federal; b) monitoramento da construção de 507 moradias de interesse social em conjunto com a prefeitura de Jaboticabal/SP; c) implantação e avaliação do orçamento participativo em Leme/SP; d) diagnóstico socioeconômico, habitacional e de infraestruturas urbanas em Assis/SP; e e) caracterização da base industrial de São Carlos/SP, financiado pela FAPESP. A partir destas experiências, e de estudos de indicadores de sustentabilidade formulados por diferentes instituições, inspirados tanto na Agenda 21 quanto nas preocupações redistributivas relacionadas ao IDH, da ONU, verifica-se que diferentes regiões e principalmente pequenos e médios municípios necessitam quantificar e qualificar tais indicadores, em vista de suas características e particularidades. Por outro lado, o processo de urbanização do Estado de São Paulo, da ordem de 90%, aponta para a emergência de um tratamento especial para esses municípios. Ocorre que são eles carentes de capacitação técnica e financeira que os habilite a implementar estratégias para fazer frente a tal processo. Ademais, a atual crise fiscal e financeira do Estado brasileiro tem gerado uma política de descentralização da gestão dos serviços públicos, do nível federal aos municípios. Estes são elementos novos que exigem esforço para produzir conhecimento e torná-lo acessível aos dirigentes e técnicos municipais, e para capacitá-los no enfrentamento da nova situação.

269 Gestão tributária e acompanhamento da execução orçamentária municipal

Cesar Francisco Ciacco
Fórum Permanente das Relações Universidade-Empresa
Processo 1998/14147-1
Vigência: 1/11/1999 a 28/2/2003

Nos próximos anos, as prefeituras municipais viverão seu maior desafio. Em geral, estão estranguladas pelo aumento de despesas, por isso mesmo receptivas a novos processos de gestão, mas sem acesso a informações

e novos procedimentos. Por outro lado, a aprovação da Emenda 19 à Constituição - da reforma administrativa - abriu espaço inédito para as primeiras mudanças estruturais no setor público, em décadas. Esta proposta objetiva a implantação de um projeto-piloto no município de São João da Boa Vista, visando dotá-lo dos modernos recursos gerenciais, hoje acessíveis apenas ao setor privado moderno, além de permitir um melhor aproveitamento do quadro de funcionários, pela informatização e racionalização dos procedimentos. Com esses conhecimentos encapsulados em um sistema de gestão informatizado, será possível reproduzi-lo em diversas outras prefeituras, criando um padrão brasileiro de gestão municipal. O projeto visa agregar competência às prefeituras em três áreas: 1) controle do orçamento e da execução orçamentária; 2) aumento da eficácia do sistema de arrecadação municipal; 3) melhoria da qualidade da gestão municipal, a partir da implantação de programas de qualidade total nos dois itens mencionados. Para tanto, agregam-se ao projeto diversas competências, interdisciplinares e complementares: 1) o Instituto Uniemp e a Agência Dinheiro Vivo, coordenadores de um projeto, já em andamento, de criação de indicadores municipais, o "São Paulo na internet"; 2) a Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG), antigo Grupo de Qualidade da Fundação Cristiano Ottoni da UFMG, maior responsável pela disseminação dos conceitos de QT nos setores público e privado brasileiros; 3) grupos de especialistas em finanças públicas ligados à Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, e com passagem por grandes prefeituras paulistas; 4) a empresa de software I-Hawk, brasileira, que surgiu no bojo do programa Softex, desenvolvendo sistemas de gestão de última geração.

270

Um sistema de gestão documental para o Estado de São Paulo

Ana Maria de Almeida Camargo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/14129-3
Vigência: 1/11/1999 a 31/12/2002

O descompasso existente entre os objetivos definidos pelo poder público e o conjunto dos serviços que constituem seu instrumento de realização pode ser medido pelo exame apurado dos procedimentos administrativos, isto é, da sucessão de operações que, necessariamente interligadas para a obtenção de efeitos regulares e duradouros, adquire substância material nos documentos que gera e acumula. Um sistema de gestão documental, formulado a partir de amplo diagnóstico das práticas administrativas do estado, permitiria corrigir e sanar al-

guns problemas: a inexistência de padrões comuns para o registro de atos administrativos; a presença de normas e procedimentos casuísticos; os desníveis quanto à utilização de tecnologias modernas e aos procedimentos arquivísticos adotados; a dispersão e a descontextualização dos documentos gerados.

271

Formulação de análises e políticas setoriais: empresas de base tecnológica

Ana Cristina de Almeida Fernandes
Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Processo 1998/14127-0
Vigência: 1/11/1999 a 31/10/2003

Nos mais diversos países, incluindo os desenvolvidos, existem programas específicos de fomento às pequenas e médias empresas (PMEs), em especial as empresas de base tecnológica (EBT). Tais políticas são justificadas pela importante contribuição destas empresas para criação de empregos – especialmente de maior qualificação – inovação e difusão de novas tecnologias, introdução de novos métodos organizacionais e, frequentemente, dinamização econômica de determinadas regiões. Há, porém, crescente preocupação com o futuro das PMEs, em função das tendências de globalização dos mercados, concentração das atividades de desenvolvimento tecnológico e intensificação da concorrência entre as empresas. Neste contexto, amplia-se o interesse dos governos em promover e estimular a competitividade de suas PMEs, intensificando seus vínculos produtivos e organizacionais com as grandes empresas e constituindo bases nacionais sistêmicas competitivas. No Brasil, as EBTs são objeto de interesse renovado por parte de esferas subnacionais de governo. Contudo, estas empresas continuam a enfrentar sérias limitações e obstáculos ao seu desenvolvimento e, por conseguinte, à realização de seu potencial de geração de emprego e dinamização econômica. Em face deste quadro, as atividades de pesquisa aqui propostas são: 1) analisar as experiências internacionais de políticas de desenvolvimento das EBTs, procurando avaliar as iniciativas bem sucedidas; 2) diagnosticar os principais obstáculos enfrentados pelas EBTs brasileiras, especialmente as de São Paulo, enfatizando a avaliação da eficácia do conjunto de instrumentos de fomento vigentes; 3) avaliar, tomando como referência o quadro internacional, seus efeitos em termos de geração de emprego, com vistas à definição de diretrizes de estímulo à criação e manutenção de empregos em setores intensivos em tecnologia; 4) capacitar técnicos da instituição parceira para formular, implementar e monitorar estratégias de fomento ao desenvolvimento dessas empresas.